

Uma contribuição para o entendimento da segregação urbana: exploração, dominação e valorização

Thiago Canettieri^{1*}
Thiago Pereira²
Rita de Cássia Liberato³

¹ Professor de Geografia no IFMG – Ouro Preto. Doutorando em Geografia pela UFMG.

² Professor de Geografia na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

³ Professora de Geografia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Resumo O artigo traz um conjunto de reflexões sobre a segregação espacial, pensada como uma estrutura econômica de exploração da força de trabalho, de valorização do capital e de dominação social nos centros urbanos. Conhecer a produção teórica em torno do tema é fundamental para a compreensão da (re)produção da segregação espacial em determinadas situações. Primeiramente, o artigo explora o conceito de espaço, permitindo a construção de um objeto claro que será, em seguida, analisado a partir do fenômeno da segregação. A seguir, o texto traz um levantamento bibliográfico sobre a segregação espacial urbana, com base numa discussão das colocações teóricas dos principais autores que assumem uma perspectiva crítica da realidade. Finalmente passa-se a discussão sobre como a segregação pode ser entendida como mecanismo e estratégia do capital. O trabalho demonstra que a segregação deve ser entendida como uma estrutura econômica abstrata que (re)produz a dominação objetiva sobre as pessoas. O capital também determina o espaço, sendo a segregação uma das possíveis formas de determinação.

Palavras-chave: exclusão social; segregação espacial; capitalismo.

1. Introdução

A segregação urbana aparece de forma imperiosa na literatura sobre o espaço e tem se alçado a uma ampla discussão teórica e empírica. A forma como as cidades foram desenvolvidas e, também, a produção do espaço geográfico durante o desenrolar do capitalismo, criaram formas de ordenação específicas que estão subordinadas aos imperativos da acumulação do capital. Bourdieu (1997) e Santos (1978) afirmavam que a organização do espaço reflete e, ao mesmo tempo, condiciona a organização da sociedade. De tal forma, numa sociedade de classes capitalista, a organização espacial das cidades ocorre de acordo com essa hierarquização social. Assim, a cidade capitalista é desigual e o processo de urbanização tem produzido e aprofundado as desigualdades e injustiças da cidade, já que é realizado para atender os interesses da acumulação de capital (HARVEY, 2012).

Embora esse cenário seja constante na realidade contemporânea, muito esforço teórico tem sido realizado no sentido de se pensar uma cidade inclusiva, justa e igualitária. Assim, as ciências humanas desenvolveram importantes conceitos, que auxiliam na compreensão teórica da segregação urbana e, também, apoiam a construção de uma sociedade mais justa. Conforme Lefebvre (2001, p.104) “a reflexão teórica se vê obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas e processos da cidade”. No entanto para redefinir essas formas, funções, estruturas e processos da cidade é

necessário, anteriormente, definir o que é encontrado na realidade.

A partir disso, o presente artigo trata a segregação espacial como uma estrutura econômica na produção do espaço. Partindo de contribuições anteriores de autores que discutem o espaço urbano a partir de um recorte derivado da teoria marxista, pretende-se apresentar a segregação como sendo uma estratégia do capital para realizar três dimensões essenciais na sua reprodução: a exploração da força de trabalho, a valorização do capital e a dominação social. Nesse sentido, conhecer a produção teórica em torno da segregação espacial é fundamental para poder compreender sua (re)produção em determinadas situações.

Primeiramente, o artigo explora o conceito de espaço, permitindo a construção de um objeto claro que será, em seguida, analisado a partir do fenômeno da segregação. A seguir, o texto traz um levantamento bibliográfico sobre a segregação espacial urbana, com base numa discussão das colocações teóricas dos principais autores que assumem uma perspectiva crítica da realidade. Finalmente passa-se a discussão sobre como a segregação pode ser entendida como mecanismo e estratégia do capital.

2. Considerações sobre o espaço e o trabalho humano

O espaço deve ser entendido como “uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS,

* thiago.canettieri@gmail.com

1982, p.15). Assim, considera-se que o espaço representa um elemento fundamental da sociedade, senão a própria sociedade, e todas suas contradições consigo. Conforme é destacado por Gregory (1978):

a análise da estrutura espacial não é derivada e secundária à análise da estrutura social, como sugeriria a problemática estruturalista: antes, uma exige a outra. A estrutura espacial não é, por conseguinte, meramente a arena em que os conflitos de classe se expressam, mas é também o campo no qual – e, em parte, através do qual - as relações de classe se constituem, [...]. As estruturas sociais não podem ser teorizadas sem as estruturas espaciais, e vice-versa; as estruturas sociais não podem ser praticadas sem as estruturas espaciais, e vice-versa (GREGORY, 1978, p.120-121).

Santos (1982) designa o espaço como sendo um sistema de objetos aliado a um sistema de ações e relações, o que constitui um conjunto indissociável, sendo uma das instâncias da sociedade, juntamente com a econômica e a cultural-ideológica. Sistema esse constituído por elementos: os homens, reesponsáveis pelo trabalho sobre o espaço; as firmas, atuando na produção de bens e serviços; as instituições, fornecendo normas, ordens e legitimações; o meio ecológico, entendido com a base física do trabalho humano; e as infraestruturas, o trabalho humano materializado e espacializado.

Esses diversos elementos são intercambiáveis e de grande interatividade entre si, o que garante ao espaço a grande complexidade e necessidade de análise. Segundo o autor, “os diversos elementos do espaço estão em constante relação uns com os outros. [...]. Mas, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas.” (SANTOS, 1982, p.26).

Assim, deve-se considerar a existência de diversos subsistemas, correspondente a um determinado espaço, sem desvencilhar do que Santos (1982) denomina de “Verdadeiro Sistema”, comandado pelo modo de produção dominante e responsável pela produção espacial em diferentes escalas. Conforme o autor (1982, p.28), “quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao todo, modificando-o, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade”. Totalidade espacial que expressa, não o resumo dos elementos e suas inter-relações, mas a própria sociedade. Observa-se a presença dos objetos distribuídos no espaço, sua configuração espacial ou sua forma, conduzida por processos que são resolvidos por funções que estão ligadas à uma determinada estrutura produtiva. Assim no processo de desvelamento do espaço, Santos (1982) sugere o emprego das quatro instâncias espaciais (forma, processo, função e estrutura). Segundo o autor:

[...] se a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da

estrutura social atribui determinados valores às formas. (SANTOS, 1982, p.67)

Dessa forma, as quatro instâncias representariam: a forma, o aspecto visível de uma coisa, o padrão espacial de determinados objetos e ações; a função sugere uma atividade desempenhada; a estrutura diz respeito à inter-relação de todas as partes de um todo, seu modo de organização; processo é definido como a ação contínua da totalidade em seu constante devir.

O autor adverte que “forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo” (SANTOS, 1982, p.71). Compreender as quatro instâncias espaciais propostas é uma forma de aproximação da realidade espacial, abrangendo a complexidade de sua produção social.

Conforme Lefebvre (1991) afirma, a essência do espaço não pode ser apenas o local passivo em que desenrolam as relações sociais, mas sim a própria práxis social através da qual se constrói o espaço e a sociedade. Segundo o autor:

do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações de produção (LEFÉBVRE, 1974, p. 34).

O espaço configura então o lócus da produção e reprodução das relações sociais de produção, realizadas através do trabalho humano. Segundo Lefebvre (1991, p.75) “O espaço pode ser descrito como trabalho. Ele é reproduzível sendo resultado de repetitivas ações”. O espaço é um produto social, que abarca aspectos geográficos, econômicos, sociais, culturais, comerciais, demográficos, políticos, afetivos nas mais diferentes escalas, do local (casa, rua, bairro, cidade) ao global (nacional, continental). Importante destacar que o autor informa que o espaço e as concepções que se têm dele, estão diretamente relacionados ao modo de produção e reprodução da vida material prevalente na sociedade.

Lefebvre (1991) considera que o espaço não é apenas o reflexo das relações sociais de produção, mas que deve ser entendido como a expressão dessas relações e, ao mesmo tempo, considerar sua incidência sobre elas. Chama-se a atenção para o fato de espaço e sociedade serem duas estruturas que agem uma sobre a outra, sendo, portanto, condicionantes e condicionadas em uma relação dialética. O espaço é socialmente produzido a partir do trabalho humano (LEFÉBVRE, 2010) e das relações sociais que são, segundo SOJA (1993, p.103) “dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço.”. Sobre isso Soja (1993) afirma:

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes das transformações de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo (SOJA, 1993, p.101-102).

O espaço e a sua organização são produções sociais criadas a partir das relações entre homens em sua vida cotidiana. Logo, o espaço que é produzido, suas formas, processos, funções e estruturas criadas são construções sociais que revelam elementos das relações sociais de produção. Assim, Santos (1979) afirma que o espaço é uma instância social, ou seja, sociedade sem espaço é abstração, sendo a recíproca verdadeira, pois para compreendê-la deve-se considerar o espaço e vice-versa.

No modo de produção (e de socialização) capitalista, baseado na separação entre as classes e a propriedade privada dos meios de produção (e também da terra) se configura um contexto de desigualdade social. Diante do exposto, a segregação espacial surge como elemento fundamental e estruturante para compreender a dinâmica da produção do espaço no urbano contemporâneo.

3. A segregação espacial

O espaço é elemento central na dinâmica das relações socioeconômicas culturais e políticas e, por isso é capaz de revelar muito sobre a organização da sociedade. A exclusão, como todos os demais processos que ocorrem na sociedade, se expressa no espaço, sobretudo nas grandes e megacidades onde a desigualdade socioeconômica é mais visível. Ao mesmo tempo, pela característica dialética da produção do espaço, este também é produtor da exclusão social. Assim, o espaço segregado é reflexo da desigualdade social ao passo que também é produtor dessa mesma sociedade.

Antes, é necessário entender o que significa essa separação que ocorre no corpo social e produz, e é produzida, pelo espaço. Para tanto, recorre-se a ideia de Bauman (1999) sobre o “confinamento espacial” como sendo uma de forma a separar determinados grupos a uma distância material, visando impedir a visibilidade de indivíduos e/ou grupos que, por variados motivos, não se enquadram no padrão social prevalecente. Vide o isolamento dos escravos nas senzalas, dos leprosos e pessoas com distúrbios mentais, das etnias e culturas diferentes das predominantes, dos ricos e dos pobres. Ou seja, conforme Bauman (1999, p. 114), “o isolamento e a função essencial da separação espacial é reduzir, diminuir e comprimir a visão do outro”. O processo diferenciado de ocupação espacial e a consequente segregação de segmentos da população são combinados com “históricos mecanismos de separação social”. Saraví (2004) considera essa associação de diversos atributos de cunho social, cultural, histórico, econômico e, sobretudo, espacial, como importantes mecanismos que produzem e mantêm a exclusão social, capazes de dotar essas velhas desigualdades de novos conteúdos e processos.

No capitalismo, a segregação se organiza a partir de uma estrutura de classes e, o modo de produção, organizado a partir dessa separação, se materializa no espaço das cidades.

O espaço tem se tornado, como aponta Lefebvre (2008) e Harvey (2011; 2012), ele mesmo, uma estratégia de acumulação. A cidade se tornou um ativo financeiro que deve, em primeiro lugar, gerar rendimentos à classe capitalista. Dessa forma, a organização do espaço urbano reflete este interesse, ou seja, a reprodução da cidade enquanto lócus da realização do valor de troca, que se opõe ao valor de uso, a fruição da cidade pela classe dos trabalhadores.

O processo de segregação das cidades capitalistas evidenciam, conforme Harvey (2012, p.35), a “gentrificação, construção de condomínios fechados e a ‘Disneyficação’ do espaço contra a falta de moradia bárbara, a falta de habitação a preços acessíveis e degradantes ambientes urbanos para a massa da população”. Essa realidade se deve a estrutura social do capitalismo e acaba se refletindo na (re)produção espacial da cidade.

A cidade regida pelo sistema capitalista organizou a sociedade dentro de um modelo burguês de concepção sócioespacial. A organização social das cidades “pós-fordistas” contribuíram para uma complexização não apenas dos indivíduos, mas também do espaço, diferenciando determinados locais e selecionando os moradores.

Existe um padrão de vivência e ocupação do espaço urbano baseado no ressentimento com os estranhos e na necessidade de isolá-los e bani-los. Segundo Bauman (1999, p.56) “as cidades contemporâneas são construídas a partir do evitamento e separação, [...]”, sendo a forma de preservar as elites capitalistas do encontro indesejado com as classes menos favorecidas. A separação implica na sua própria reprodução, embora não o faça sem contradições e tensões. A segregação sócioespacial que produz um confinamento forçado de determinada população é, conforme descrito por Bauman (1999, p.114) uma forma “quase visceral e instintiva de reagir a toda diferença”, particularmente aquelas que não se deseja acomodar na rede habitual de relações sociais. Nesse sentido, a separação residencial nas grandes e megacidades contemporâneas revelam esse desejo, por parte do grupo dominante, de evitar a proximidade, a convivência e até mesmo o contato visual com os segmentos excluídos. Assim, a situação da exclusão social desenha-se no horizonte das cidades capitalistas. A exclusão social é produtora e produto da segregação espacial, estando ambas dialeticamente imbricadas. Segundo Musset (2010), as desigualdades espaciais se tornam mais intensas quanto maiores as inequidades sociais à que estão atreladas. A segregação sócioespacial, indicativa do grau de exclusão social existente, é percebida com maior clareza quando se analisa a localização e o tamanho das áreas segregadas.

A nova organização espacial da cidade empurrou os trabalhadores de baixo rendimento financeiro para locais cada vez mais distantes das áreas centrais. Bauman (1999, p.95) afirma que “os de baixo [excluídos] volta e meia são expulsos do lugar de que gostariam de ficar. Se eles não se retiram, o lugar muitas vezes é puxado como um tapete sob seus pés.” Dessa maneira, no processo de decisão locacional, os excluídos não detêm participação. São expulsos por mecanismos do livre mercado e também pelo poder público, a fim de atender os interesses da classe dominante ou de frações dessa.

É importante destacar que a segregação sócioespacial decorre da divisão do espaço urbano entre integrados (incluídos) e não-integrados (excluídos), sendo percebida com maior clareza nas grandes cidades porque essas, além de concentrarem o maior número de indivíduos, explicitam mais acentuadamente a forma desigual com que o espaço é apropriado pelas classes sociais. Nesse sentido, a segregação sócioespacial existente nas cidades é indicativa de que os locais, dentro da arquitetura urbana, são previamente estabelecidos e desigualmente apropriados (LIBERATO, 2007, p.16-17).

Nesse sentido, a população excluída é levada a ocupar as periferias da cidade, expulsas de locais que sofreram um processo de aumento do valor do solo urbano. Esse processo é tratado por Corrêa (2010, p.177) como uma “explosão da periferia popular”. Ele afirma que acontece um movimento de relocação de populações pobres, que antes ocupavam áreas centrais, menos periféricas para novas periferias, mais distante do núcleo central. Como é lembrado por Glasmeir e Farrigan (2007, p.226), a dinâmica do mercado nas cidades “tende a agregar os pobres, nas áreas metropolitanas menos desejáveis, onde pouco investimento é realizado”.

A produção do espaço não escapa às contradições da produção capitalista. Neste sentido, Martins (1999, p.15) afirma que, “sendo assim, não se chega às contradições do espaço sem enveredar pela economia política do espaço”. As contradições atravessam e existem apenas por causa da estrutura econômica que as sustentam. Seguindo Lefebvre (1973), podemos pensar que as relações de produção encerram contradições nomeadamente às contradições de classe (capital/salário), que se amplificam em contradições sociais (burguesia/proletariado) e políticas (governantes/governados) até o nível da contradição do espaço: centro-periferias. E dessa forma, as contradições passam a produzir e serem produzidas pela segregação das classes no espaço da cidade.

Conforme Paviani (2002), as periferias são a materialização e a forma espacial de mecanismos de exclusão e segregação sociais, tais como as habitações precárias e insuficientes, a ausência de infraestrutura, etc. Essas áreas abrigam inúmeros loteamentos irregulares, ou até mesmo clandestinos, que não obedecem às exigências legais em vigor. São áreas com baixo ou nenhum investimento em infraestruturas, reduzido número de equipamentos privados e públicos, revelando a ausência do poder público. As residências são, em sua maioria, construídas em regime de mutirão, sem orientação ou assessoria técnica.¹

Kowarick (2000) ressalta o papel que o Estado cumpre no processo de exclusão. Segundo o autor, o Estado é o principal investidor que injeta no tecido urbano melhorias que são fatores de intensa valorização diferencial da terra. Assim, cumpre função primordial no processo da especulação imobiliária, em que produz zonas da cidade valorizadas para a moradia da classe de maior poder aquisitivo.

Deve-se dizer que com a chegada de melhorias urbanas em áreas antes desprovidas, eleva-se seu preço econômico à medida que decai seu ônus social. No momento em que ocorre esse processo de valorização, essas áreas, antes acessíveis a faixas de remuneração mais baixa, tendem a expulsar a maioria dos locatários, os proprietários que não puderem pagar o aumento de taxas e impostos, transformando-se em zonas para as camadas melhor remuneradas (KOWARICK, 2000, p. 28).

Assim, o Estado é responsável, principalmente por meio de suas políticas públicas e de sua estrutura de regulação, por desempenhar função primordial na organização socioeconômica do espaço urbano. Segundo a interpretação de autores marxistas, o Estado promove as condições gerais de produção e garante o processo de reprodução ampliado do capital (HARVEY, 1980; 2011; 2012; LEFEBVRE, 1991, 2008; KOWARICK, 1993; 2000).

O mercado imobiliário é elemento primordial para o entendimento da segregação sócioespacial. Diversos trabalhos apresentam essa perspectiva como elemento central nos processos de exclusão sócioespacial (HARVEY, 1980; 2012; ARTHURSON; JACOBS, 2003; LIBERATO, 2007; COUTO, 2011). Dessa forma, o espaço em que determinado indivíduo vai se localizar deve concordar ao máximo com aquele socialmente aceito como sendo seu lugar de ocupação, o que leva os pobres para as periferias e os ricos para as áreas valorizadas.

Considerando a crítica da economia política marxista, a terra possui uma renda entendida como sendo parte do excedente econômico global pago periodicamente aos proprietários dos terrenos em função da sua utilização. Trata-se assim de um fluxo de riqueza extraído da sociedade e direcionado aos proprietários fundiários. Esse processo é possível devido a não reprodutibilidade da terra e, principalmente, na existência da propriedade privada (JARAMILLO, 2010; MAGALHÃES *et al.*, 2011). Mesmo sendo bem de mercado, a terra não é uma mercadoria comum. A terra não incorpora valor-trabalho (ao contrário da mercadoria manufaturada) e o seu preço é condicionado e variável de acordo com sua diferenciação (localização, presença de infraestrutura, etc.). A terra urbana possui, assim, uma renda diferencial conforme sua localização e oferta de infraestruturas urbanas. Segundo Monte-Mór e Almeida (2011), o termo mais-valia fundiária é entendido como uma expressão do excedente que é induzido, preferencialmente, pelo poder público e que compõem o preço da terra urbana, sendo apropriado em forma de renda pelos proprietários de terra. Magalhães, Tonucci e Silva (2011, p.19) chamam isso de “sobrelucro espacial apropriado pelos proprietários de terra”.

Assim, o funcionamento da dinâmica imobiliária está ligado a apropriação da mais-valia fundiária pelos proprietários de terra. No entanto, esta classe, para ter acesso ao lucro, deve vender ou alugar a terra para alguém, em especial a indivíduos que possam pagar um valor elevado.

¹ Ver Kowarick (1993), Torres *et. all.* (2003), Maricato (2006), Liberato (2007).

Dessa forma, o mercado imobiliário cria a seleção de moradia por meio do lucro que podem obter².

Com o funcionamento do mercado imobiliário descrito, o problema habitacional transparece. Enquanto que os interesses por habitação da população de renda elevada é satisfeito, os segmentos de baixa renda, não tendo acesso à produção capitalista da moradia, “necessitam buscar outras formas de produzir habitação” (CAMPOS, 2011, p.66).

Nesse sentido, deve-se destacar as lógicas de acesso à habitação, que são intimamente ligadas ao processo de exclusão e segregação. Podem ser descritas três grandes vias: 1) a do mercado, e que se torna hegemônica na cidade capitalista. O acesso à moradia deve ocorrer exclusivamente por via do pagamento de seu preço. No entanto, como é sabido, muitos indivíduos não possuem renda o suficiente para pagar o preço altamente especulado dos imóveis e, assim, são obrigados a procurar as outras duas vias; 2) a via do estado, em que o poder público se torna o fornecedor, através de vários mecanismos. No entanto, mesmo essa lógica está subjugada aos interesses do mercado e acaba não combatendo a especulação imobiliária, mas, ao contrário, acentuando-a; 3) a via da necessidade, que representa a oportunidade de inserção que, de certa maneira, representa a reprodução da força de trabalho a baixos custos (ABRAMO, 2009).

No entanto, mesmo essa lógica não deixa de manter relações com a dimensão do mercado na cidade contemporânea. A porção do espaço para qual é destinada essa população excluída é uma consequência dos “fluxos dos interesses imobiliários” (KOWARICK, 1980). Assim, esses fluxos contribuem muito para a expansão da malha urbana, não em sua totalidade, mas ocupando o espaço nas áreas centrais e em seus entornos, as favelas, e para as áreas mais distantes do centro, os loteamentos populares representam os locais de moradia daqueles que não possuem recursos financeiros para consumir. Jaramillo (2010, p.224) expõe que “o livre jogo dos preços mantém e agudiza a segregação sócioespacial e impõe usos que com frequência são maléficos.”

Conforme Maricato (2003), as áreas periféricas, ocupadas pela população excluída, ou seja, a “Cidade Informal”, é negligenciada pela governança pública, que tende a favorecer as áreas que integram a “Cidade Formal”. Liberato (2007, p.15), ao analisar a cidade de Belo Horizonte, afirma que existe “a oficial, na qual circulam os cidadãos, e a não oficial, restrita a grupos e/ou segmentos sociais dela e por ela excluídos.” Nessa mesma direção, Friedmann (1961) declarou que “o setor popular está dentro da cidade sem fazer parte dela”.

Harvey (1980) afirma que a proximidade e a acessibilidade são aspectos de grande importância no sistema intraurbano, em especial para compreender a dinâmica de uso e ocupação do solo e da promoção da exclusão sócioespacial. Essa proximidade e acessibilidade dizem respeito, especialmente, aos recursos (naturais ou artificiais) utilizados para a produção e reprodução da vida. O autor destaca o bem público como um recurso, que, em tese, deveria ser disponibilizado para todos e usufruído por todos os membros da sociedade. No entanto, Harvey (1980) apresenta a

existência do “bem público impuro”. Segundo ele a localização de determinados serviços de utilidade pública implica, necessariamente, em seu uso de forma desigual, uma vez que a proximidade e a acessibilidade só podem ser obtidas mediante um preço. Nas palavras do autor (1980, p.46): “muito do que ocorre pode ser interpretado como uma tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para obter vantagens de renda. Na medida em que essas tentativas são bem sucedidas, elas são uma fonte de desigualdade.”

É explícito, conforme Boni (2011), que a produção dos espaços públicos e a alocação dos recursos possuem lógicas que estão distanciadas da busca de justiça social. Os serviços urbanos não são ubíquos, ou seja, estão espacialmente selecionados, cumprindo uma lógica para manter sua permanência. Como lembra Santos (1978, p.81), “em nome do progresso e à custa de uma injustiça cada vez maior, os recursos são distribuídos de maneira a beneficiar aqueles que já são ricos”.

A distribuição desigual desses serviços na cidade determina demandas diferenciadas nos preços e usos do solo, potencializando mais investimentos em localizações já dotadas de infraestrutura. Singer (1982) ressalta a importância do papel do Estado no provimento de boa parte dos serviços urbanos essenciais às empresas e utilizados pela população:

sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e de moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termo de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando esta ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais (SINGER, 1982, p. 34)

A qualidade da oferta destes serviços básicos de consumo coletivo, na percepção de Singer (1982), está diretamente atrelada ao valor que a infraestrutura implantada pode propiciar na reprodução do capital. O Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais na cidade quando dispõe os serviços urbanos em função dos grupos de médio e alto rendimento, promovendo escassez quando não se direciona aos lugares de concentração dos grupos de menor rendimento.

Kowarick (1980) também ressalta o papel do poder público na diferenciação dos preços da terra e, conseqüentemente, na produção de segregação sócioespacial, uma vez que, com os investimentos que realiza, atua diretamente no processo de especulação imobiliária. Segundo o autor, ao gerar uma melhoria em determinada porção do espaço, cria, ao mesmo tempo, desapropriações de indivíduos que são expulsos de seus locais de moradia para dar lugar aos grupos abastados que podem pagar o preço da

² Ver: Topalov (1979).

especulação imobiliária. Tem-se, assim, segundo Kowarick (1980, p.82), que tais “transformações urbanas só podem se realizar como um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade”.

Sobre o acesso aos recursos, este “é facultado pela capacidade de pagar” (BAUMAN, 1999, p.28), ou seja, os grupos com maior capacidade financeira acabam garantindo também vantagens em relação ao acesso, enquanto que as classes populares são obrigadas a ocupar lugares mais isolados, ficam sem acesso. Bauman (1999, p.29) afirma que “o resto da população [excluídos] se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político do seu novo isolamento”.

A segregação ocorrida é então mantida por interesses claramente econômicos. Ainda de acordo com Harvey (1980), as políticas sociais do Estado são diretamente elaboradas para garantir a existência de uma distribuição de renda desigual em um determinado sistema social e completa. Segundo o autor (1980, p.41), “parece que os ‘mecanismos ocultos’ de distribuição de renda num sistema urbano complexo estimulam, usualmente, as desigualdades, mais do que as reduzem”. Assim, os investimentos de maior valor são concentrados espacialmente nas áreas nobres, gerando valorização destas e, conduzindo a uma maior acumulação de riqueza. Conforme Glasmeir e Farrigan (2007),

o capital acumula onde prevê melhor retorno, logo, aqueles com recursos, sociais e financeiros, são atraídos para áreas recém desenvolvidas ou redesenvolvidas, deixando as outras áreas cada vez mais pobres para sofrer com grande deterioração e abandono (GLASMEIR; FARRIGAN, 2007, p.228).

Todo o processo descrito é trabalhado por Jean Lojkin (1981), que considera a existência de três tipos de segregação socioespacial na cidade capitalista, a saber: 1) a primeira segregação ocorre no nível da habitação, onde predomina a lógica de deportação das populações de baixo rendimento, opondo-se à lógica do “emburguesamento” de áreas nobres e/ou renovadas; 2) a segunda segregação é visível no nível de acesso e de qualidade dos equipamentos coletivos, em que é destinado a população excluída “subequipamentos”, opondo-se ao “superequipamento” dos conjuntos da alta classe; 3) ainda existe a segregação no nível do transporte domicílio-trabalho, obrigando as classes de menor rendimento utilizar precários transportes coletivos que contrastam com o uso do automóvel particular pelos burgueses.

Conforme Castilho (2011) esse processo está relacionado com a capacidade do sistema capitalista em mercantilizar tudo, inclusive o espaço, sendo esse também um equipamento de reprodução ampliada do capital, justificando os investimentos em espaços de maior interesse econômico, priorizando a “valorização capitalista do espaço” sobre o processo de “valorização social do espaço”.

De acordo com Santos (1978):

Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território [...] A

possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1978, p. 81)

Assim, a posição social de determinado indivíduo é reflexo de sua localização espacial. A organização espacial, por expressar a sociedade, é, como ela, hierarquizada. A sociedade, ao impor a hierarquia, determina quais indivíduos/grupos estarão na parte superior e inferior da mesma. Couto (2011) destaca que “A segregação sócioespacial é uma das características mais marcantes da exclusão social, pois o espaço é separado de acordo com o nível de renda e prosperidade econômica”.

Tem-se, então, que a posição social de determinado indivíduo é refletida no espaço físico em que está situado. O espaço se torna hierarquizado de acordo com a própria hierarquia da sociedade. Segundo Bourdieu (1997, p.158) “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais.” Sobre isso Soja (2008) afirma:

o lugar de residência de uma pessoa já determina grande parte de suas oportunidades e condições. Também, o local de vida já é sugerido pela classe social da pessoa em uma estrutura de sociedade capitalista. Essas estruturas socioespaciais encaminham para uma injusta distribuição de todo tipo de bens, como acesso a condições básicas de habitat, serviços públicos, infraestrutura, educação, trabalho (SOJA 2008, p.1-2).

Dessa forma, tem-se o espaço atuando como instrumento de separação social. Assim, revela-se a existência de um componente espacial da exclusão. Mais do que sua expressão espacial de segregação, o espaço atua na produção de exclusão social. Pode-se falar da existência de uma topografia simbólica do espaço, em que se destina aos grupos excluídos os espaços coerentes à eles, muitas vezes representando áreas altamente precárias e distantes dos grupos dominantes.

A segregação contribui para o aumento da distância física, colaborando, consequentemente, para o aumento da distância social, fundada na lógica urbana desigual (MARICATO; MENDONÇA, 2010). Essa separação, tanto no meio social, quanto no físico, e suas consequências, podem ser observadas nas cidades em diversas formas. Não apenas no meio físico, como a periferização da pobreza, na formação de enclaves territoriais, mas também através das de barreiras simbólicas que, segundo Ribeiro (2005, p.50), apresentam a existência de uma “monopolização da honra social das classes altas ou da institucionalização da desonra social dos excluídos”, criando experiências do espaço urbano distintas.

Ribeiro (2005) destaca a separação nos códigos de sociabilidade de cada grupo social, isolados espacialmente, o que aumenta o abismo entre os grupos e contribui para a manutenção e elevação da distância entre eles. É exatamente esse sentimento que Savarí (2004, p.40) capta de um de seus entrevistados ao se deparar com a seguinte afirmação: estou coberto de tatuagens, estou todo escrito, penso que é uma questão do lugar que eu vivo”.

Paugam (2003) também capta a questão do espaço na produção de uma “identidade negativa” em que os indivíduos herdam do espaço que residem um estatuto de desvalorização. Segundo o autor (2003, p.129), “os indivíduos têm consciência de herdar um estatuto desvalorizado quando residem num conjunto habitacional – uma comunidade – cuja reputação é má”. O lugar de habitação do indivíduo representa uma construção no consciente coletivo, determinando, segundo Paugam (2003, p.141), uma forma de conhecimento social “espontânea, generalista e muitas vezes superficial da realidade”, mas que exercem poderosa força coercitiva sobre os indivíduos e/ou grupos.

Dessa forma, cada vez mais, os contatos e interações entre membros de classes diferentes se tornam inexistentes e aumentam cada vez mais as distâncias, tanto sociais como territoriais, “que separam nossas metrópoles, os de cima dos de baixo, os privilegiados dos excluídos” (RIBEIRO, 2005, p.67).

Essa separação socioespacial que ocorre nas cidades contemporâneas representa uma das formas de organizações capitalista, que tende a separar e isolar as classes. Dessa forma, acontece a territorialização, no espaço das cidades, desses grupos: os incluídos e os excluídos.

4. Segregação espacial como estrutura econômica das cidades

Como pretendemos argumentar, a segregação socioespacial das cidades capitalistas não é nenhuma disfunção ou erro do sistema mas, na realidade, expressão de seu vigor. Assim, o argumento que será elaborado agora é construído para levar ao entendimento da segregação como uma estrutura econômica. Como explica Soja (2008, p.1), uma “sociedade socialmente segregada é controlada através do espaço”. Dessa forma, o espaço cumpre sua função primordial de manter a sociedade segregada e, ele próprio, se torna a estrutura que sustenta a economia e a acumulação de capital. Santos (1973), ao descrever como se promove a organização do espaço sob os alicerces capitalista, revela que esse modo de produção gerou uma forma bem específica de espaço, que é indissociável para a produção das atuais relações socioeconômica e política. Segundo Santos (1973, p.74) “espaço vem sendo utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade.”

As periferias segregadas são áreas da cidade onde estão localizados os excluídos que não apenas os abriga, mas representam importante papel para a reprodução dessa situação, contribuindo para manter a sociedade de classes e suas inerentes fragmentações. A periferia, consequência do modelo econômico vigente, formada pelos excluídos é uma fonte de reprodução da estrutura capitalista que mantém essa população submetida a exploração e à espoliação. A segregação é (re)produzida por uma lógica global que incide sobre o espaço e este a reproduz.

Embora preocupado com a dimensão do tempo, Postone (2014) apresenta que a organização abstrata do tempo, bem como o trabalho abstrato, se configuram como estrutura de dominação social. Sob a égide do capital, este se torna uma forma de determinar o tempo e o trabalho. O capital também

determina o espaço, sendo a segregação uma das possíveis formas de determinação.

A segregação é, portanto, um modo disciplinar de controle do espaço e dos indivíduos que nele reproduzem sua vida cotidiana. Essa dominação objetiva coloca limites à ação humana (POSTONE, 2014). Portanto, cabe ressaltar que a segregação deve ser entendida como uma estrutura econômica abstrata que (re)produz a dominação objetiva sobre as pessoas. Como exposto, se o trabalho e espaço estão intimamente relacionadas, a dominação do trabalho abstrato dentro do capitalismo produz, também, um espaço abstrato (LEFEBVRE, 1991). Esse trabalho é, na perspectiva da crítica do valor conduzida por Postone (2014), uma dupla forma de espoliação e dominação através da dimensão de um modo disciplinar de organizar o tempo e o espaço. Dessa forma, o capital se tornou uma forma de determinar o tempo e o espaço.

Mais do que dominação social, a segregação é também uma estratégia de acumulação de capital. No nível espacial, ao separar os indivíduos por classes criam-se aí mecanismos que permitem uma maior apropriação da renda fundiária nos espaços urbanos. A segregação lança à áreas cada vez mais periféricas as populações pobres deixando espaços vazios, interstícios, que com a chegada de infraestrutura acabam sendo valorizados (MARICATO, 2003). Com isso, as populações são obrigadas a irem ocupar outros espaços cada vez mais distantes abrindo espaços para a atuação dos capitais imobiliários sobre o espaço segregado. Vale destacar que esse processo transcende as fronteiras municipais e se articula à uma escala regional promovendo a segregação, também como uma forma de valorização do capital.

Por fim, deve-se destacar a dimensão que a segregação possui sobre a produção e reprodução da força de trabalho. A contradição primordial do capitalismo, a separação entre capital e trabalho se reproduz no espaço e produz a área central – espaço do capital – e a área periférica – espaço do trabalho. Essa segregação representa, portanto, uma forma de exploração da força de trabalho, tanto no momento produtivo como na reprodução da força de trabalho como tal. No primeiro, deve-se vencer a distância que separa local de moradia e local de trabalho. E, no momento de reprodução da força de trabalho, já que nestes espaços periféricos o trabalhador está envolvido, em grande parte, em loteamentos ilegais e autoconstrução da moradia, o que implica, segundo Oliveira (2013) numa elevação geral da mais-valia apropriada pela burguesia. Com isso, é claro que a exploração da força de trabalho é intensificada a partir da reprodução espacial das cidades enquanto espaços altamente segregados.

Assim, deve-se entender a segregação como sendo uma estratégia do capital voltara para a realização de três dimensões essenciais na sua reprodução: a exploração da força de trabalho, a valorização do capital e a dominação social. Entender a segregação espacial a partir dessas três dimensões significa entender, sobretudo, a relação que guarda com a reprodução ampliada do capital. Com isso, destaca-se que a segregação, enquanto produção social do espaço, é uma das formas encontrada para a manutenção do sistema capitalista.

5. Considerações finais

A discussão sobre a segregação espacial deve merecer mais atenção por parte dos geógrafos. Este é um tema que, cada vez mais, surge em vários círculos da sociedade: a academia, a mídia, os movimentos sociais, etc. Assim, a abordagem referente à segregação merece ser melhor compreendida enquanto fenômeno intrínseco a reprodução do capital, alocando assim sua raiz no próprio funcionamento do processo urbano sob o capitalismo. Pensar sobre o tema exige uma posição política, já que diz respeito a milhares e milhares de pessoas que são obrigadas a estarem segregadas, confinadas em espaços determinados, especialmente, por sua condição socioeconômica.

É interessante destacar aqui a contradição inerente do processo de segregação espacial. Ao mesmo tempo em que a cidade é segregada, partida e dividida, esse é um processo global, que homogeneiza todas as cidades. Também, a cidade é criada de diversos espaços mais ou menos semelhantes que, integrados, formam a totalidade da cidade. Essa contradição da diferenciação e da homogeneização garante a complexidade do fenômeno.

Embora tenha sido um tema de extensa produção, tanto de reflexão teórica como de pesquisas empíricas, ainda não se esgotou o campo da pesquisa. Muito foi avançado nas diversas formas que a segregação espacial assume nas cidades, mas ainda é necessário um maior investimento em torno das questões que geraram a segregação e suas consequências, bem como também investir na produção de uma alternativa a esse cenário.

REFERÊNCIAS

- [1] ABRAMO, P. A Cidade Com-Fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: **Anais... XIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Florianópolis, ANPUR, 2009.
- [2] ABRAMO, P. A Cidade Com-Fusa: Mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: **Anais... XIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Florianópolis, ANPUR, 2009.
- [3] ARTHURSON, K.; JACOBS, K. A critique of the concept of social exclusion and its utility for Australian Social Housing Policy. In: **Anais... Housing Studies Association Conference**. Bristol, 2003.
- [4] BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- [5] BAUMAN, Z. **Globalização: consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- [6] BAYER, P.; MCMILLAN, R.; RUEBEN, K. The causes and consequences of residential segregation: an equilibrium analysis of neighborhood sorting. **Yale University: Working Paper**, New Haven, 2001.
- [7] BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. Dinámica espacial de la desigualdad. **Ciudades**, v. 79, Valladolid, p. 11-20, 2008.
- [8] BÓGUS, L. Urban segregation: a theoretical approach. In: **Anais... 13th Biennial Conference of International Planning History Society**. Illinois, IPHS, 2008.
- [9] BONI, M. Desigualdade sócio-espacial e distribuição dos recursos públicos na cidade de Vitória – ES. In: **Anais... XIV Encontro Nacional da ANPUR, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Rio de Janeiro, 2011.
- [10] BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- [11] BRADSHAW, T. Theories of poverty and anti-poverty programs in community development. **Working Paper Series: Rural Poverty Research Center**, Columbia, University of Missouri, 2006.
- [12] BROW, L.; CHUNG, S. Spatial segregation, segregation indices and the geographical perspective. **Population, space and place**, v.12, p. 125-143, 2006.
- [13] CAMPOS, P. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. In: MENDONÇA, J.; COSTA, H. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.
- [14] CASTILHO, C. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da cidade à acumulação de capital e da cidade à realização plena da vida humana. **Acta Geográfica**, v.5, n.10, Boa Vista, p. 95-113, 2011.
- [15] CORRÊA, R. **O espaço urbano**. São Paulo: Bertrand, 1993.
- [16] COSTA, G.; ARAÚJO, C. A expressão socioeconômica da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. In: COSTA, H. **Novas periferias metropolitanas – a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006, p.35-46.
- [17] COUTO, A. A cidade dividida: da inclusão precária à territorialização perversa. In: **Anais... XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Belo Horizonte, 2011.
- [18] FEITOSA, F.; REYES, J.; ZESK, W. Spatial patterns of residential segregation. In: **Anais... Brazilian Symposium on Geoinformatics**. Rio de Janeiro, 2008.
- [19] GLASMEIR, A.; FARRIGAN, T. Landscapes of inequality: spatial segregation, economic isolation and contingent residential locations. **Economic Geography**, v.83, n.3, p. 221-229, 2007.
- [20] HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

- [21] HARVEY, D. A destruição criativa da terra. In: HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011
- [22] HARVEY, D. **Cosmopolitanism and the geographies of freedom**. New York: Columbia University Press, 2009.
- [23] HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- [24] HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- [25] HARVEY, D. Notes towards a theory of uneven geographical development. In: HARVEY, D. **Space of neoliberalization**. Heidelberg: Franz Steiner, p.55-93, 2005.
- [26] HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.
- [27] HARVEY, D. Space as key word. In: HARVEY, D. **Space of neoliberalization**. Heidelberg: Franz Steiner, p. 93-119, 2005.
- [28] HARVEY, D. **Space of capital: towards a critical geography**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.
- [29] HARVEY, D. The right to the city. **New left review**, v.2, n.53, 2008.
- [30] HE, S.; WU, F.; WEBSTER, C. Poverty concentration and determinantes in China's urban low-income neighbourhoods and social groups. **International journal of urban and regional research**, v.34, n.2, p. 328-349, 2010.
- [31] HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 81-108, 2000.
- [32] KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- [33] KOWARICK, L. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- [34] LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- [35] LEFÈBVRE, H. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- [36] LEFÈBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- [37] LIBERATO, R. **Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte**. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- [38] LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- [39] MAGALHÃES, F.; TONUCCI, J.; SILVA, H. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, J.; COSTA, H. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.
- [40] MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v.17, n.48, p. 151-168, 2003.
- [41] MASSEY, D.; GROSS, A.; SHIBUYA, K. Migration, segregation and the geographic concentration of poverty. **American Sociological Review**, v.59, n.3, p. 425-445, 1994.
- [42] MATIAS, V. Exclusão social e pobreza no espaço urbano – o papel do estado na sociedade capitalista brasileira. **Caminhos da Geografia**, v.13, n.1, Uberlândia, p. 175-186, 2004.
- [43] MEHRETU, A.; PIGOZZI, B.; SOMMERS, L. Concepts in social and spatial marginality. **Geografiska Annalers**, v.82, n.2, p. 89-101, 2000.
- [44] MELAZZO, E.; GUIMARÃES, R. Ponto de partida: A desigualdade social e a definição da política urbana. In: MELAZZO, E.; GUIMARÃES, R. **Exclusão Social em Cidades Brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: UNESP, p.11-32, 2010.
- [45] MELAZZO, E. Problematizando o conceito de exclusão social: Elementos para uma reflexão sobre velhas e novas desigualdades no Brasil. **Revista Formação: Conceitos Geográficos**, n.11, v.1, p. 45-72, 2004.
- [46] MENDONÇA, J.; PERPÉTUO, I. A metrópole Belo-Horizontina em expansão: Periferização da riqueza ou polarização social? In: COSTA, H. **Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, p. 21-34, 2006.
- [47] MENDONÇA, J.; COSTA, H. Dinâmica imobiliária e a formação de um “obscuro objeto de desejo”: localização residencial e representação simbólica. In: MENDONÇA, J.; COSTA, H. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.
- [48] MOLOTCH, H. The space of Lefebvre. **Theory and Society**, v.22, n.6, p. 887-895, 1993.
- [49] MONDARDO, M. Os meandros da produção do espaço urbano: mobilidade, acessibilidade e exclusão social. **Boletim Goiano de Geografia**, v.29, n.1, Goiânia, p. 57-72, 2009.
- [50] MONTE-MÓR, R.; ALMEIDA, L. Renda fundiária e regulação imobiliária: dos aspectos teóricos à (quase) prática do Estatuto das Cidades. In: MENDONÇA, J.; COSTA, H. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.
- [51] MOREIRA JÚNIOR, O. Cidade partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. **Caminhos da Geografia**, v.13, n.33, Uberlândia, p.1-10, 2010.

- [52] MUSSET, A. **Ciudad, sociedad, justicia**: un enfoque espacial y cultural. Mar de Plata: EUEDEM, 2010.
- [53] NEGRI, S. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, ano VII, v.8, n.8, p. 129-153, 2008.
- [54] OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- [55] PACIONE, M. **Urban geography**: a global perspective. Londres: Routledge, 2001.
- [56] PAUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora, 2003.
- [57] PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Globalização**: território e fragmentação. São Paulo: Hucitec, p. 182-190, 2002.
- [58] POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação Social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- [59] RIBEIRO, L. Segregação residencial e segmentação social: O “Efeito Vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Caderno Metrópole**, n.13, p. 47-70, 2005.
- [60] RIBEIRO, L.; SANTOS JÚNIOR, O. Democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Análise Social**, v.60, p. 87-109, 2005.
- [61] SANTOS, M. A noção de espaço. In: SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- [62] SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- [63] SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- [64] SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- [65] SARAIVI, G. Segregación urbana y espacio público. **Revista de la Cepal**, v.83, 2004.
- [66] SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.
- [67] SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- [68] SOJA, E. The city and spatial justice. In: **Anais... Annals of the Conference Spatial Justice**, Paris, 2008.
- [69] TOPALOV, C. Análise do ciclo de reprodução do capital investindo na produção da indústria da construção civil. In: FORTI, R. **Marxismo e urbanismo capitalista**: textos críticos. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- [70] TORRES, H.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e Espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v.17, n.48, p.1-33, 2003.
- [71] VAUGHAN, L. The spatial syntax of urban segregation. **Progress in Planning**, v.67, p.205-294, 2007.
- [72] VÉRAS, M. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. **Caderno CRH**, n.36, Salvador, p.79-114, 2003.

A contribution to understanding the urban segregation: exploration, domination and valorization

Thiago Canettieri¹
Thiago Pereira²
Rita de Cássia Liberato³

¹ Geography teacher (IFMG - Ouro Preto). PhD student in Geography (UFMG).

² Geography teacher (state of Minas Gerais education).

³ Geography teacher (PUC-MG).

Abstract The paper presents a set of reflections on the spatial segregation, thought of as an economic structure of exploitation of the workforce, capital appreciation and social domination in urban centers. Knowing the theoretical work around the theme is fundamental to understanding the (re)production of spatial segregation in certain situations. First, the article explores the concept of space, allowing the construction of a object that is then analyzed from the segregation phenomenon. Following it brings a literature review on urban spatial segregation, based on a discussion of the theoretical placement of the main authors who take a critical view of reality. Finally goes up the discussion about how segregation can be understood as a mechanism and capital strategy. The work demonstrates that segregation should be understood as an abstract economic structure that (re)produces the objective domination over people. The capital also determines the space, and the segregation of the possible forms of determination.

Key-Words: social exclusion; spatial segregation; capitalism.

Informações sobre os autores

Thiago Canettieri (UFMG)

Endereço para correspondência: Rua Pandia Calogeras, Bloco de Ensino Superior, Sala 08. Bairro Bauxita, Ouro Preto – MG

E-mail: thiago.canettieri@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3665851659436861>

Thiago Pereira (Rede estadual de ensino de MG)

E-mail: tgpereira@gmail.com

Link para currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6929225882246089>

Rita de Cássia Liberato (PUC-MG)

Endereço para correspondência: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 47 – Coração Eucarístico, Belo Horizonte – MG, 30535-610.

E-mail: ritacaliberato@hotmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9612284493427564>

Artigo Recebido em: 15-03-2015

Artigo Aprovado em: 21-05-2015